



HOMENS E MULHERES SEM-TETO: RELAÇÕES DE GÊNERO NA LUTA POR MORADIA EM SÃO PAULO

■ Árizla Quirino

Formada em geografia pela Universidade de São Paulo e mestranda, com bolsa CAPES, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da USP. Integra o Grupo de Estudos de História Econômica e Social da Mulher Brasileira no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). E-mail para contato: aepquirino@gmail.com.



RESUMO: Este texto é resultado de uma reflexão, ao mesmo tempo teórica e prática, sobre a condição e o cotidiano da população sem-teto no interior de ocupações e práticas do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). O objetivo da análise é discutir o papel destes espaços na criação de estratégias de reprodução coletiva da vida, que ao mesmo tempo dá campo político às mulheres como também ressignifica a vida de homens em situação de rua. O deslocamento do conflito capital-trabalho para a luta por território transformou o perfil militante, agora predominantemente feminino, focado na autogestão e no cuidado comunitário. O estudo adota uma abordagem multiescalar para analisar as relações sociais no cotidiano e como estas são moldadas pelos processos econômicos dominantes, observando as respostas dos indivíduos para manter sua integração social ou criar estratégias de resistência. O texto é baseado em uma experiência de campo na ocupação Maria da Penha em Guarulhos, em março de 2024, que ilustra a crise do indivíduo e da reprodução social, e o papel das ocupações e das mulheres militantes na sobrevivência de pessoas desterritorializadas.

Palavras-chaves: população sem-teto; cotidiano; reprodução social.

HOMBRES Y MUJERES SIN HOGAR: RELACIONES DE GÉNERO EN LA LUCHA POR LA VIVIENDA EN SÃO PAULO

RESUMEN: Este texto es el resultado de una reflexión, tanto teórica como práctica, sobre la condición y la vida cotidiana de la población en situación de calle en el marco de las ocupaciones y prácticas del Movimiento de Trabajadores Sin Hogar (MTST). El objetivo del análisis es discutir el papel de estos espacios en la creación de estrategias para la reproducción colectiva de la vida, lo que a la vez otorga a las mujeres un espacio político y redefine la vida de los hombres en situación de calle. La transición del

conflicto capital-trabajo a la lucha por el territorio ha transformado el perfil militante, ahora predominantemente femenino, centrado en la autogestión y el cuidado comunitario. El estudio adopta un enfoque multiescalar para analizar las relaciones sociales en la vida cotidiana y cómo estas se ven moldeadas por los procesos económicos dominantes, observando las respuestas de los individuos para mantener su integración social o crear estrategias de resistencia. El texto se basa en una experiencia de campo en la ocupación de Maria da Penha en Guarulhos, en marzo de 2024, que ilustra la crisis de la reproducción individual y social, y el papel de las ocupaciones y las mujeres militantes en la supervivencia de las personas.

PALABRAS CLAVE: población en situación de calle; vida cotidiana; reproducción social.

HOMELESS MEN AND WOMEN: GENDER RELATIONS IN THE FIGHT FOR HOUSING IN SÃO PAULO

ABSTRACT: This text is the result of a reflection, both theoretical and practical, about the condition and daily life of the homeless population in occupations and practices of the Homeless Workers' Movement (MTST). The objective of this analysis is to discuss the role of these spaces in the creation of strategies for the collective reproduction of life, which at the same time gives women a political space and also resignifies the lives of homeless men. The shift from the capital-labor conflict to the struggle for territory has transformed the activist profile, now predominantly female, focused on self-management and community care. The study adopts a multiscale approach to analyze social relationships in daily life and how they are shaped by dominant economic processes, observing individuals' responses to maintaining social integration or creating resistance strategies. The text is based on a field experience at the Maria da Penha occupation in Guarulhos in March 2024, illustrating the crisis of the individual and social reproduction, and the role of occupations and militant women in the survival of deterritorialized people.

KEYWORDS: homeless population; daily life; social reproduction.

APRESENTAÇÃO

O ensaio a seguir é resultado de uma reflexão, ao mesmo tempo teórica e prática, sobre a condição e o cotidiano da população sem-teto no interior de ocupações e práticas da entidade. O objetivo da análise é discutir o papel destes espaços na criação de estratégias de reprodução coletiva, que ao mesmo tempo dá campo político às mulheres como também ressignifica a vida de homens em situação de rua. Além disso, a partir do estudo de caso aqui referido, refletimos sobre o impacto da crise do trabalho e da especulação imobiliária na reprodução dos indivíduos, fazendo suscitar fenômenos que não só aprofundam as desigualdades de gênero como, por outro lado, abrem

precedentes para discutir e reconhecer a insuficiência da utopia liberal de reprodução privada e individual da vida.

Assumindo o déficit habitacional como consequência do desenvolvimento de um mercado de terras centrado na financeirização e valorização de capitais, o trabalho busca compreender as implicações entre relações de gênero, dificuldade de acesso à moradia e militância comunitarista como momentos da urbanização crítica, isto é, de uma forma de construção das cidades em que esta é subordinada a reprodução das relações sociais capitalistas, do mercado e da sociedade de consumo, degradando a vida daqueles que, por motivos oriundos da própria crise do modo de produção, não conseguem se inserir nos mercados formais de trabalho e de habitação.

Mudanças no processo produtivo também impactaram a vida política e social das metrópoles periféricas, como é o caso da região metropolitana de São Paulo. O acelerado desenvolvimento das forças produtivas, que por meio de incrementos tecnológicos tornou mais rápida a substituição da força de trabalho humana, tem repercutido na sociedade não só como desemprego estrutural, mas também como déficit habitacional, aumento da população de rua, e sobrecarga dos serviços de assistência social. As demandas produtivas, sindicatos e pautas trabalhistas perdem espaço e relevância na agenda ativista, enquanto movimentos sociais urbanos, ONGs (Organizações não governamentais) e iniciativas independentes procuram estabelecer-se no cenário e atuar nas demandas reprodutivas. A luta por moradia, por regularização fundiária, por demarcação de territórios, proteção ambiental são exemplos desta mudança qualitativa das esquerdas nas últimas décadas.

O deslocamento do conflito capital-trabalho para a luta por território transformou o perfil militante, agora predominantemente feminino, focado em ideais de autogestão e cuidado comunitário. A presença feminina em movimentos de moradia já

foi amplamente verificada e discutida, chegando a determinar, inclusive, mudanças nas regras de programas sociais de habitação. No entanto, a presença feminina em movimentos por moradia não se desdobra apenas em mudanças quantitativas, mas sobretudo qualitativas no que diz respeito à práxis política. No caso que aqui será analisado poderemos observar, refletir e debater a atuação das mulheres na organização e o caráter das ocupações para o conjunto da cidade.

O estudo adota uma abordagem multiescalar para analisar as relações sociais no cotidiano e como estas são moldadas pelos processos econômicos dominantes, observando as respostas dos indivíduos para manter sua integração social ou criar estratégias de resistência. O texto é baseado em uma experiência de campo na ocupação Maria da Penha em Guarulhos, em março de 2024, que ilustra a crise do indivíduo e da reprodução social, e o papel das ocupações e das mulheres militantes na sobrevivência de pessoas desterritorializadas.

Em relação ao método da pesquisa, insiro um breve comentário sobre os princípios que mobilizo no estudo de caso e aqueles que coloco em prática para análise. Os estudos de caso em geral elegem situações, ou grupo de ocorrências, que a princípio são tomadas como irrelevantes, mas quando submetidas a análises justapostas a amostras estatisticamente significativas, ajudam a complementar as investigações quantitativas (NETO; ALBUQUERQUE; SILVA. 2024, p. 15). O horizonte de um estudo de caso, portanto, não deve ser a generalização, mas a sistematização de informações e debates que aprofundam (e humanizam) as trajetórias capturadas em censos quantitativos.

Em resumo, a metodologia envolve: 1) a determinação e apresentação de parâmetros estatísticos que orientam interesse na observação isolada do objeto que, neste caso, diz respeito à relação entre mulheres e movimentos de moradia; 2)

apresentação e reconstrução narrativa das interlocutoras e interlocutores em campo, isolados do fato estatístico, de modo que apareçam como sujeitos complexos de ações, discursos e reflexões sobre a própria condição; 3) mobilização de reflexão sobre a particularidade a partir de variáveis maiores, não detendo-se, no entanto, em explicações generalizantes.

Em relação a teoria e método da urbanização crítica, esclareço a forma de análise e os níveis de realidade a que estou me referindo na construção de minhas argumentações. Parto do princípio de que os estudos urbanos devem articular (e desarticular) diversos níveis de análise, desde a escala cotidiana à global, dos processos sensíveis aos gerais, uma vez que a cidade, e o próprio urbano, é instância intermediária dos fenômenos sociais que se manifestarão em escalas diferentes do real (LEFEBVRE, 2016. p. 69), sendo a análise da vida cotidiana o meu plano de atuação e inserção prática principal, por meio da qual observo e tento demonstrar as relações do processos econômicos dominantes na produção de situações e circunstâncias que modulam o cotidiano e confrontam os indivíduos – estes que, por sua vez, elaborarão respostas para manutenção de sua integração social, seja pela via da reposição das relações capitalistas (adaptadas às novas formas de exploração do trabalho e da renda da terra urbana), ou na criação de estratégias de resistência e contracultura.

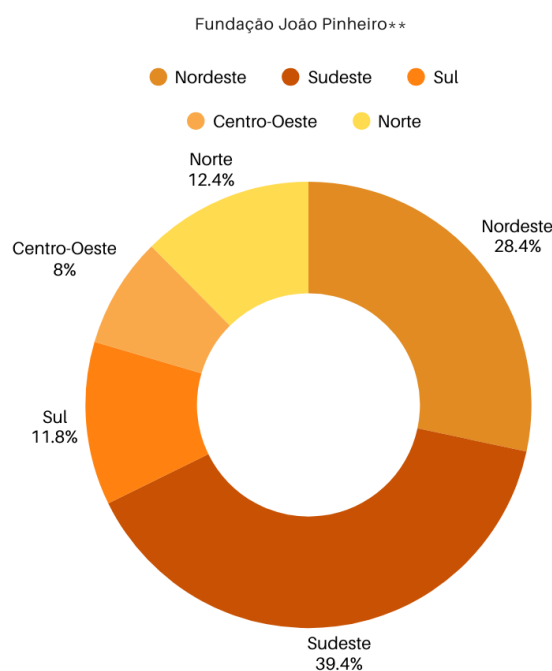
O plano cotidiano para a geografia urbana crítica toma espaço privilegiado por ser lócus da observação do privado - daquilo que está no negativo da sociabilidade positivada pelas instituições. Sendo este trabalho voltado para as relações de reprodução da vida, faz-se ainda mais importante que este nível de análise seja empregado. No âmbito do movimento social é observadas as relações de “exclusão-inclusão, de pertinência ou de não pertinência” (LEFEBVRE, 2016. p. 71) que permite desvendar os critérios morais que incluem e excluem sujeitos, o que

legítima ou não ações e discursos, qual conduta se normatiza (e se proíbe), de modo que se torne possível compreender a ética, o empreendimento cultural e os valores que orientam, naquele espaço de luta, a socialização das pessoas.

A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E DIFICULDADE DE ACESSO À MORADIA

No Brasil, há 6.215.313 de domicílios impróprios para moradia servindo de habitação para famílias, coletivos ou pensões (FJP, 2024). Os dados foram apresentados no último levantamento sobre déficit habitacional realizado pela Fundação João Pinheiro (FJP)¹. As regiões Sudeste (2,44 milhões) e Nordeste (1,76 milhão) localizam a maior parte destas unidades. Em seguida Norte, Sul e Centro-Oeste.

DÉFICIT HABITACIONAL POR REGIÃO (%)



*Total de 6.215.313 domicílios.

**Fonte: Fundação João Pinheiro (2024); IBGE (PnadC 2022); CadÚnico.

¹ Desde 1995, a Fundação João Pinheiro (FJP), em parceria com o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desenvolve pesquisas sobre o déficit habitacional a fim de dimensionar quantitativamente o problema habitacional bem como qualificar o conceito de moradia precária. Os relatórios são desenvolvidos bienalmente utilizando bases de dados dos censos demográficos e das pesquisas nacionais por amostra de domicílios realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O relatório de 2024, portanto, refere-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) de 2022 e ao banco de dados do CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais).

Imagem 1 – Gráfico do déficit habitacional por região

Fonte: Elaborado a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2024)

Segundo o estudo, o déficit habitacional é aferido a partir do número de domicílios precários que servem de moradia a grupos familiares ou pessoas que não conseguem se inserir no mercado formal de habitação. O déficit é identificado por meio 1) da qualidade dos imóveis (habitação precária), 2) pela forma de habitação das famílias (coabitação) ou 3) pelo comprometimento da renda com aluguel (ônus excessivo). A deficiência dos domicílios é caracterizada segundo suas condições físicas, ambientais, jurídico-legais que definem a insalubridade ou riscos de despejo. Já as formas precárias de habitação, como a coabitação, são aquelas em que mais de uma família ou um grupo de pessoas divide espaço desproporcional ao número de habitantes, resultando em falta de privacidade e problemas de convivência. Por fim, considera-se também a situação de pessoas ou famílias que comprometem mais de 40% da renda com gastos de aluguel.

Em termos absolutos, a principal causa do problema habitacional no Brasil é o ônus excessivo com o aluguel urbano (3,24 milhões de casos), seguida pelas habitações precárias (1,68 milhão de casos) e coabitação (1,28 milhão de casos) (FJP, 2024).

O número de casos, assim como as principais causas, se distribui de forma diversa pelas regiões administrativas: no Norte e Nordeste predominam problemas de coabitação e habitações precárias, enquanto no Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país predomina o ônus excessivo com aluguel.

A pesquisa revelou também que do total de domicílios precários, 62,6% são chefiados por mulheres (3.892.995), e as pessoas negras (pretos e pardos), exceto na região Sul do país, são maioria em praticamente todos os componentes do déficit, tornando o problema habitacional uma repercussão concreta das desigualdades de

gênero e raça acumuladas no desenvolvimento histórico das relações capitalistas no país.

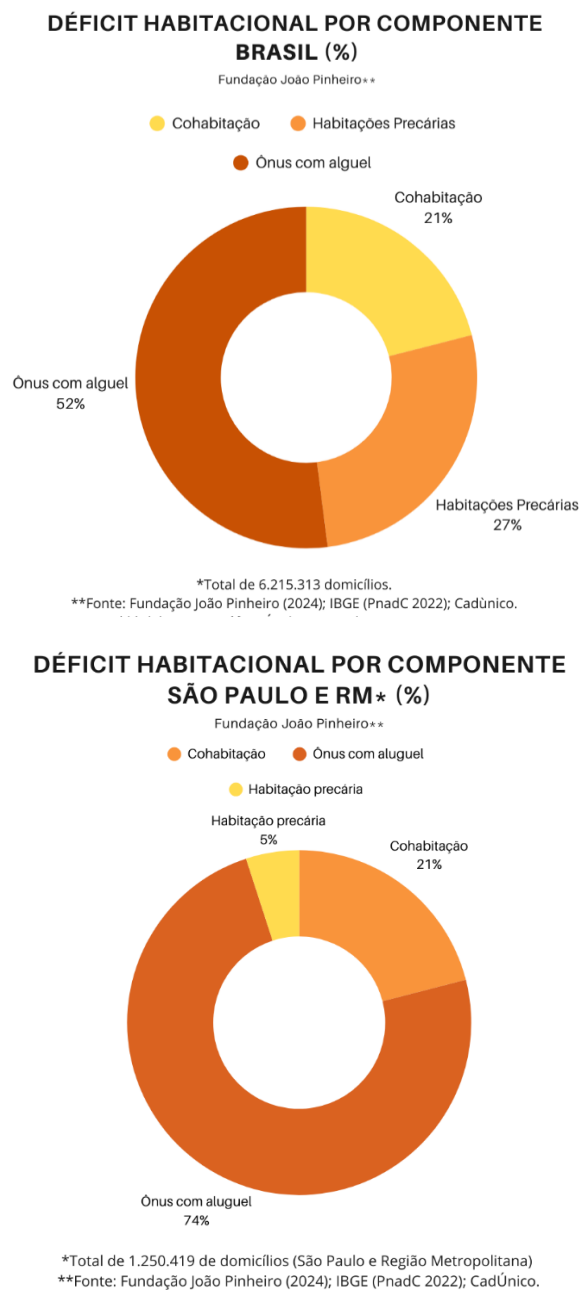
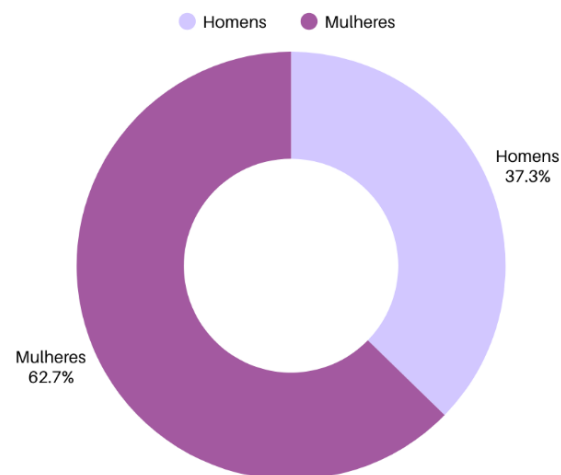


Imagem 2 – Distribuição do déficit habitacional por componente (Brasil e Região Metropolitana de São Paulo)

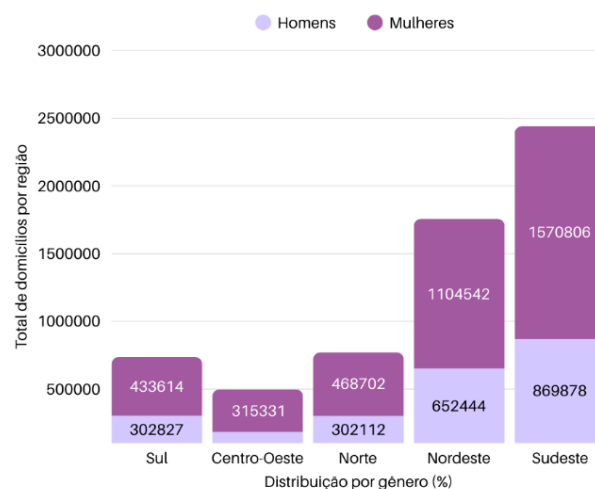
Fonte: Elaborado a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2024)

DISTRIBUIÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL POR GÊNERO - BRASIL (%)



*Total de 6.215.313 de domicílios precários no Brasil.
**Fonte: Fundação João Pinheiro (2024); IBGE (PnadC 2022); CadÚnico.

DISTRIBUIÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL POR GÊNERO NAS REGIÕES (2022)

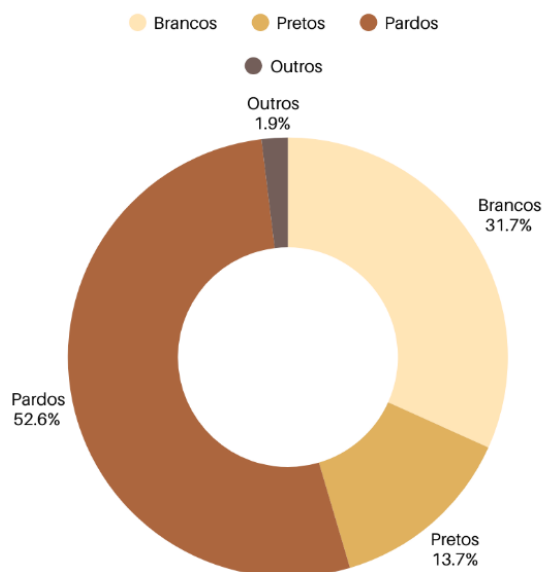


*Fonte: Fundação João Pinheiro (2024); IBGE (PnadC 2022); CadÚnico.

Imagem 4 – Distribuição do déficit habitacional por gênero (Brasil e regiões administrativas)

Fonte: Elaborado a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2024)

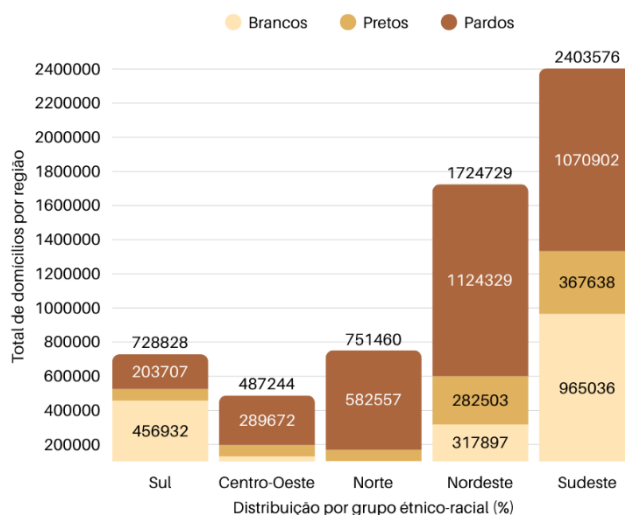
DISTRIBUIÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL POR GRUPO ÉTNICO-RACIAL - BRASIL (%)



*Total de 6.215.313 de domicílios precários no Brasil.

**Fonte: Fundação João Pinheiro (2024); IBGE (PnadC 2022); CadÚnico.

DISTRIBUIÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL POR GRUPO ÉTNICO-RACIAL (2022)



*Fonte: Fundação João Pinheiro (2024); IBGE (PnadC 2022); CadÚnico.

Imagem 5 – Distribuição do déficit habitacional por grupo étnico-racial
(Brasil e regiões administrativas)

Fonte: Elaborado a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2024)

A maioria feminina deve ser compreendida a partir da análise histórica, social e econômica do lugar ocupado pelas mulheres pobres na dinâmica do capitalismo brasileiro. As análises podem repercutir mudanças populacionais e geográficas, decorrente de movimentos migratórios, como também a mudança dos formatos de família e a própria ocorrência da violência de gênero como marca da cultura brasileira, mas não devem aí se esgotar. É preciso refletir de forma mais profunda a relação entre a condição feminina e a condição sem-teto como marcador de economias periféricas principalmente fundadas na financeirização da terra e na baixa empregabilidade, condições que somadas aos fundamentos históricos da desigualdade de gênero, tomam aqui, nesta realidade, formas ainda mais trágicas.

Na literatura feminista-marxista, frequentemente o confinamento geográfico da mulher ao espaço doméstico é compreendido como um dos aspectos que intui o desenvolvimento (manutenção) da desigualdade de gênero nas relações capitalistas, uma vez que na condição de reprodutoras do lar e da família, as mulheres se definiram ao mesmo tempo como o oposto e simultâneo dos indivíduos livres (liberados da terra e da feudalidade da terra), em maioria masculina. Esse fenômeno social se desdobra em aspectos de caráter geográfico, por fim, na cisão entre espaço público e privado, que não pode ser tomada como mera diferenciação, mas consequência da dissociação entre momentos da reprodução social, isto é, da produção do valor e da reprodução da vida.

No entanto, ainda no caso europeu, a história das mulheres pobres e de sua inclusão, indireta ou não, aos processos produtivos em fábricas e oficinas, parece demonstrar lapsos no esquema anteriormente apresentado. Mas não necessariamente. O fato de mulheres empobrecidas serem subjugadas também ao trabalho produtivo para além do desempenhado em seus lares não significa que estas tenham se deslocado das demandas reprodutivas (não-remuneradas), somente então acumulado. Cabe

refletir, então, sobre os motivos que levam ao empobrecimento em massa de mulheres e a imediata sobrecarga de funções desempenhadas no desenvolvimento da economia capitalista.

Na particularidade brasileira, a relação entre pobreza, condição de gênero e falta de moradia se interseccionam, em grande parte porque mulheres entram desfavorecidas na concorrência desleal por trabalho assalariado, não só por historicamente terem sido excluídas ou limitadas em sua formação escolar, mas também pelas marcas do doméstico no exercício de sua “pretensa” liberdade enquanto indivíduo – algo que se desenvolve em contradição, porém, com a noção de liberal de liberdade como ausência de compromissos e relações de codependência.

De um lado, cresce o contingente de mulheres sem marido e com filhos que, mesmo ocupando informalmente a economia urbana, se reproduzem com rendas muito inferiores à média da população, vivendo em pensões, moradias coletivas e improvisando formas de habitação. E do outro, a existência de homens que circulam livremente, ainda que pobres, mas parecendo despojar-se, aparentemente sem culpas ou arrependimentos, das demandas reprodutivas. Essa generalização metaforiza as tensões de gênero no Brasil.

Segundo dados do IBGE (2018), um dos perfis de família que mais cresce é a ‘monoparental com filhos’, um grupo que em sua maior parte é formado por mães solo (mulheres com filhos). Ainda segundo o IBGE, das 11 milhões de mães solo no país, 61% do total são mulheres negras, sendo que 63% destas famílias, com filhos até 14 anos, estão identificadas abaixo da linha da pobreza.

No Brasil, um quarto da população feminina já foi vítima de violência doméstica, e 80% das ocorrências foram praticadas por parceiros íntimos ou parentes como pais, irmãos, filhos, tios ou sogros (FJP, 2024). Dos motivos que dificultam a

emancipação de mulheres vítimas de violência, o principal é a posse da moradia que, na maioria dos casos, se tornam impeditivos para a dissolução de casamentos ou vínculos de dependência doméstica. Em geral, mulheres empobrecidas e da classe média não são titulares dos bens familiares, e em caso de divórcio ou dissolução do vínculo, não possuem meios para adquiri-los. Em casos mais graves, acabam em ciclos constantes de despejo dos lugares em que buscam abrigo, ficando suscetíveis a outras formas de violência.

A fim de mitigar os fatores estruturais que aprofundam as desigualdades de gênero, o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), relançado em 2023, estabeleceu novas regras para atender a população feminina, tornando a mulher, quando casada ou mãe solteira, titular prioritária dos imóveis. A regra prevê ainda que em casos de dissolução de casamento, o imóvel adquirido por meio do programa, seja assegurado em nome da mulher. Desde então, 85% dos contratos atendidos pelo programa foram realizados em nome de mulheres, e 60% deste contingente eram chefes de família (MCid, 2024).

Parte dessas mudanças refletem debates e práticas originadas nos movimentos sociais urbanos que historicamente são marcados por ampla presença feminina na composição da base. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, uma das maiores entidades responsáveis pela gestão da demanda, conta com presença expressiva de mulheres na composição das ocupações, coordenações territoriais e outros espaços estratégicos do movimento. O direito à moradia é perspectivado pela maioria delas como fonte de segurança objetiva e subjetiva.

No entanto, ainda que as mulheres sejam massivamente presentes, o movimento não se configura, por isso, como terreno livre das tensões provenientes da desigualdade de gênero e da desigualdade propalada entre a própria população feminina. A luta por

moradia, apesar de ser momento crucial do trabalho político, é também momento sacrificante em que as mulheres acabam por desempenhar no terreno das ocupações e do campo político o mesmo papel desempenhado nos espaços domésticos.

Esse deslocamento do reprodutivo para o espaço público não representa necessariamente uma prevalência da divisão desigual do trabalho entre os sexos, mas talvez uma inversão de valores, onde o público pode ser espaço de cuidado e reprodução coletiva da vida.

Embora a introdução nos enfatize o direito à moradia como parte da luta por igualdade de gênero, o título do trabalho remonta àquilo que, no terreno prático da luta, se torna campo de experimentações que vão além da aquisição de unidades habitacionais, abrindo precedentes para refletir não só o papel desempenhado pelas mulheres na reprodução social, o papel subsidiário dos homens como reprodutores do valor, mas principalmente como a improvisação dos modos de vida da população sem-teto são reveladoras dos desdobramentos críticos de uma economia marcada pela privatização da terra e mercadorização das relações sociais.

REPERCUSSÕES DA MAIORIA FEMININA NAS PRÁTICAS POLÍTICAS

É importante mencionar que a pesquisa tem como objetivo específico compreender as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no interior da luta por moradia por tomar como pressuposto, a partir da leitura assídua de Silva Federici (2004 [2017]) e Roswihta Scholz (2017), que na formação das relações sociais de produção capitalistas, houve também a territorialização da categoria mulher como sujeito da reprodução da vida de forma não-economificada, ou seja, não remunerada, implicando, no contexto europeu, o confinamento geográfico das mulheres e da

reprodução ao ambiente privada e, com isso, a dissociação da dimensão produtiva da reprodutiva (FEDERICI, 2004. [2017, p. 138]).

No contexto brasileiro, entretanto, segundo formulações ainda inacabadas, o confinamento de mulheres não ocorreu de forma absoluta², se tornando marca da particularidade brasileira a exploração do trabalho doméstico de mulheres empobrecidas de forma informal no contexto urbano³, uma vez que a dificuldade de acesso à terra no processo pós-abolição formou uma população feminina socialmente desprotegida atravessada pela condição sem-teto – marcador fundante da diferenciação das experiências do feminino entre mulheres pobres (sobretudo negras e pardas) e mulheres que pertenciam a classes sociais superiores (especialmente brancas).

A partir disso, toma-se como pressuposto que a divisão sexual e racial do trabalho, enquanto diferenciações acumuladas⁴ no corpo do proletariado brasileiro, implica também na produção de uma geografia das desigualdades, isto é, de uma distribuição desigual do espaço urbano bem como do próprio urbano como forma de realização da vida.

No movimento social é comum, por exemplo, que as mulheres da base mencionem a sua diferença com relação às mulheres da classe-média (a alta),

² Em relação a oferta do trabalho doméstico, como estratégia de remuneração, por parte de mulheres negras ex-escravas no início do Séc. XIX, a historiadora Lorena Telles (2013, p. 31) escreveu: “Os patrões, nos contratos de trabalho, referiram-se frequentemente a “alugadas” vencendo “aluguéis”, recorrência elucidativa da associação entre serviço doméstico e a forma de exploração disseminada das escravas urbanas.”

³ Sobre isso, Lorena Telles (2013), em referência à monografia *Cotidiano e Poder* da historiadora Maria Odila, escreve: “Maria Odila é autora de um importante estudo sobre as negras de tabuleiro e de ganho durante o séc. XIX que, alugadas ou inseridas no comércio urbano, escapavam do fisco e garantiam, em tempos de carestia, a circulação de gêneros alimentícios aos pobres. (...) Assim aproximavam-se das formas remuneradas e autônomas de trabalho, essenciais para se apreender as tensões sociais da urbanização e da formação do mercado de trabalho livre em São Paulo. (TELLES, 2013, p. 30).

⁴ Em revisão crítica da análise do processo de constituição das relações sociais capitalistas empreendidas por Marx, a escritora Silvia Federici (2004 [2017]), destaca que além da expropriação e proletarianização já mencionadas na teoria marxiana, outros fatores fundamentais à acumulação primitiva (na forma de trabalho disponível para exploração) foi a produção de diferenciações entre mulheres e homens, negros e brancos, entre outras formas de reificação da desigualdade, no corpo do proletariado crescente que, não só permitiu diversas formas de divisão do trabalho, como também a fragmentação desta classe ascendente.

autodeterminando-se como “mulheres periféricas”, sugerindo, portanto, que o espaço periférico é constituinte de uma experiência diferenciada da categoria social “mulher”, sendo isso bastante atribuído a ausência de equipamentos urbanos voltados a reprodução da vida, ou então ineficiência dos serviços públicos existentes, que são compensados pelo aumento do trabalho reprodutivo colocado em prática por mulheres na manutenção de suas famílias e comunidade⁵, ainda que estas trabalhem fora, ou dentro de casa, em outras atividades em que extraíam renda.⁶

Por meio de revisão bibliográfica mobilizada no desenvolvimento do estudo, foi encontrada uma outra possibilidade de formulação sobre a condição das mulheres periféricas que não deixa, entretanto, de sugerir a territorialidade periférica como fator de produção do gênero (considerando o gênero como resultado de fatores econômicos e sociais, mas também espaciais, visto que no espaço está projetada a estrutura social que a produz): geralmente a periferia é compreendida como espaço de ausências ou ineficiências das políticas de bem-estar social vinculadas, porém, não só a reprodução mas também a produção da sociabilidade capitalista.

Tomando isso como parte da crise hoje existente, poderíamos compreender que a precariedade vivenciada pelas famílias periféricas não só diz respeito a incompletude destas políticas, mas sobretudo a crise do próprio sistema capitalista, uma vez que o avanço da expulsão de trabalho vivo do processo produtivo, o deslocamento do capital para formas improdutivas de valorização: a especulação imobiliária no contexto urbano, e no rural para a extração da renda da terra, tem produzido no Brasil e especialmente

⁵ Segundo nota informativa da Secretaria Nacional de Cuidado e Família (SNCF) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), a categoria é a que mais incorpora mulheres no mercado de trabalho, seja de maneira informal ou não. Além disso, é o agrupamento mais presente na totalidade da força de trabalho voltada para o trabalho reprodutivo no Brasil, sendo o setor que mais “cobre a demanda por cuidados das famílias brasileiras” (2023, p. 2).

⁶ DE MATOS, Maria Izilda Santos. Costurar e batalhar: o cotidiano de trabalho e de luta feminino-são paulo (1900-1930). Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB., v. 8, n. 1-2, p. 269-284, 2000.

em São Paulo, o aumento da população de rua e população sem-teto, a elevação do custo de vida (combustíveis e alimentos, sobretudo), bem como a dificuldade de integração social mediada pelo trabalho assalariado e pelo consumo de mercadorias, criando uma população de homens, mulheres, idosos e crianças que demandam cuidado e não o encontram nas estruturas públicas e privadas existentes.

Dessa maneira, podemos sugerir que a condição das mulheres periféricas⁷, como instituições da sociabilidade coletiva, que ainda trocam cuidado entre os seus de forma não monetarizada, é resultado da mercantilização avançada de todas as relações sociais e da expropriação dos meios de produção, sendo a mercadorização da terra, ou do imóvel-moradia, somente parte deste processo de ampliação física da hegemonia capitalista sobre a sociabilidade humana.

Nesse ínterim, atuam movimentos sociais como o MTST, por meio da luta por moradia implementando a estratégia da ocupação nas periferias como forma de “reestabelecimento dos vínculos de solidariedade”⁸ entre as pessoas. A ocupação cumpre papel central na metodologia do movimento: 1) porque é o meio pelo qual se denuncia a existência de um terreno improdutivo cujo uso está em desacordo com a Lei da Função Social da Propriedade Privada⁹; 2) porque serve para expressar espacialmente, por meio dos barracos, a demanda por moradia; 3) por último, porque a ocupação cumpre função pedagógica: ali é um espaço onde se formará uma

⁷ Vale dizer que este “sobre-trabalho” também atravessa, em menor intensidade, o cotidiano de mulheres que moram em bairros gentrificados, isolados da periferia, e que o termo pode dizer respeito a uma escala que transcenda os limites geográficos das periferias urbanas para corresponder, para além, a todas as mulheres que cumprem esta função no interior de uma economia periférica marcada por ineficiência das políticas de bem-estar social, assim como privatização de serviços essenciais.

⁸ Trecho de discurso do próprio Guilherme Boulos, antigo militante do Setor de Formação Política do MTST e hoje deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), durante evento de abertura do curso de formação de militantes em 2023.

⁹ Conforme Art. 12 da Constituição Federal, dispõe sobre as terras particulares: “à propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo (...)”. E no Art. 13 da mesma seção: “o Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social”. Sobre este pressuposto constitucional é embasada a luta por moradia empreendida pelo MTST.

sociabilidade fundamentada sobre outros valores e princípios éticos, baseados na solidariedade e na cooperação, em que militantes de todas as ordens enfrentarão o desafio de traduzir o discurso político em um conjunto de ações e atitudes concretas.

Ocupar representa também o desafio de inserção prática no cotidiano das classes populares, propondo com isso, a abertura de um lugar onde se possa contradizer em gestos a cultura dominante. Dentro das ocupações, moradores e militantes setorizados são confrontados com a insuficiência da cultura hegemônica na influência de suas condutas, uma vez que ali se operarão outros critérios de inserção e exclusão, não mais baseados em valores como rentabilidade, produtividade, individualismo ou competição, mas, sobretudo nas habilidades sociais da solidariedade, cooperação e apoio mútuo.

Por isso, cada ocupação possui cozinhas coletivas que servem alimentação gratuita diariamente à população, além da cozinha ser o espaço onde ocorrem as formações políticas, agitação cultural, hortas, atividades de comunicação e educação (como alfabetização de jovens e adultos, reforço escolar, atividades recreativas para crianças). Todas essas atividades surgem do esforço de cooperação entre homens e mulheres. No entanto, a presença feminina dentro do movimento é realmente expressiva e destacada tanto na coordenação política dos espaços como nas cozinhas¹⁰. As militantes explicam isso pela identificação das mulheres com as atividades propostas pelo movimento.

Ainda sobre a estratégia organizativa do movimento, vale mencionar que a entidade avalia as lutas por moradia como centrais na continuidade da mobilização política da classe precarizada urbana, pois o deslocamento do conflito capital-trabalho

¹⁰ Vale destacar que este é um dado empírico, porém socialmente observado e compartilhado dentro do movimento. Hoje, por meio do Centro Popular de Pesquisa, iniciativa do movimento, vem-se construindo um senso para que sejam produzidos dados específicos sobre o perfil do militante por moradia na entidade.

do processo de produção para a exploração da rentabilidade da terra, deslocou as lutas sociais, anteriormente vinculadas aos ambientes de trabalho e às melhores condições de assalariamento, para as lutas por território e melhores condições de vida. Da mesma maneira, a consciência do conflito se metamorfoseia, extrapolando o âmbito do direito ao trabalho e se radicalizando ao direito à vida. Surgem nesses contextos movimentos territoriais que atacam com mais incisividade a estrutura da propriedade privada e das relações de produção capitalistas.

Objetivando, desse modo, uma práxis que vise penetrar no cotidiano, criando estruturas auto-gestionadas de reprodução coletiva da vida, o trabalho reprodutivo – o trabalho de cuidados em geral – ganhou considerada relevância na práxis do movimento, o que, por consequência, deu lugar político não só ao cuidado como para as mulheres que historicamente herdaram essa função.

Observamos com essa mudança no locus da atuação política, uma metamorfose no perfil militante: o que anteriormente era composto majoritariamente por sujeitos masculinos voltados para ascensão no mercado de trabalho, agora é majoritariamente ocupado pela população feminina, dando centralidade à construção de ações diretas que ofereçam serviços e espaços de cuidado compartilhado: a auto-gestão do refeitório, a creche improvisada aos sábados nas cozinhas, as aulas de alfabetização, a organização de consultórios populares para atendimento médico, o cuidado com as hortas e a distribuição gratuita de alimentos, entre outras práticas. Por isso, neste trabalho, não é possível falar de crise da reprodução social articulada às experiências de resistência periférica sem mencionar a presença feminina e o que isso significa do ponto de vista da crise do patriarcado e do próprio capitalismo.

O CASO DA OCUPAÇÃO MARIA DA PENHA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Após cinco anos em terreno, a ocupação Maria da Penha, localizada no Jd. São João, região periférica da cidade de Guarulhos, terminava. Para viabilizar esse processo, seria preciso recadastrar as famílias e pessoas organizadas naquela unidade, assim como limpar o terreno, recolhendo os barracos, as cozinhas e demais construções erguidas durante os anos de luta. Foram três semanas seguidas de mutirões de limpeza e mutirões de *serviço social*.

Até aquela data eram mil famílias acampadas. No início do processo de ocupação, todas elas receberam um comprovante de acampamento contendo nome, CPF e número do barraco. O número do barraco funciona como o *RG do militante* no universo da luta por moradia e serve para localizar a evolução e permanência do acampado na luta, sendo esta progressão a única garantia – ou moeda de troca – a ser oferecida ao Estado para comprovar o engajamento daquela pessoa no movimento.

Em vias de conquista, é realizado um novo cadastramento, desta vez para atualizar dados e coletar as documentações solicitadas pelo programa de moradia, como último endereço de moradia, comprovante de renda, recebimento de BPC (Benefício de Prestação Continuada) ou seguro-desemprego (FGTS¹¹), número do CadÚnico¹² e telefones para contato. Para gestar a demanda, os militantes dos setores, como eu, foram convocados para realizar o cadastramento, levando computadores e demais materiais para fazer a coleta e realização da entrevista social.

¹¹ Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

¹² Cadastro único realizado por meio de plataforma do governo federal que conecta o cidadão aos programas sociais existentes à sua faixa de renda.

Atendi muitas famílias nesse dia. Reencontrei acampados que via em formações políticas de G¹³ e conheci novos atores. Ainda dentro do barracão de taipa, fiquei ao lado de *Tia Niza*¹⁴, importante coordenadora da Maria da Penha, uma senhora de 65 anos, negra, muito engajada politicamente. Tia Niza estava organizando uma fila preferencial e me chamou para atendê-la.

Ela me trouxe, então, *Seu Firmino*¹⁵: um senhor de 70 anos de idade, sozinho, pardo e que aguardava na fila com bastante esforço. Com bastante dificuldade, o senhor sentou em minha frente. Ele tirou do bolso uma carteira volumosa onde guardava inúmeros documentos e papéis amarelados. Procurou o RG e o cadastro de ocupação com o número do seu barraco. Enquanto procurava dizia que ali guardava tudo que lhe restava – documentos, fotos antigas, receitas médicas, recibos de pagamento, contas, e papéis de loteria – “aquela fezinha no jogo do bicho”. “Aqui tem de tudo, fia, só não tem dinheiro”, arrancava-me sorrisos. Trazendo a história no bolso, Seu Firmino me entregou um RG antigo, quase se desfazendo. Me ajudou a ler os números e a tomar nota. O cadastro do barraco vinha de igual maneira, em pedaços.

Continuamos a entrevista até um ponto que considerei nevrálgico para todos os atendimentos daquele dia. Acontece que em certa altura do questionário havia duas perguntas aparentemente supérfluas, mas muito importantes para revelar a maneira como a vida daquelas pessoas estava organizada naquele momento. Uma pedia o nome

¹³ A fim de esclarecimento, “G” corresponde ao Grupo Territorial ao qual o acampado pertence. A ocupação é regionalizada em grupos. Cada “G” possui coordenadores: acampados mais engajados que se comprometem com o acompanhamento cotidiano dessas famílias e da ocupação. Cada coordenador de ocupação possui, portanto, um G sob sua responsabilidade, além da própria militância. Desse modo, na Ocupação Maria da Penha, havia 23 Gs, tendo cada um em média 30 famílias ou indivíduos. E desse grupo de 23 coordenadores de ocupação, 20 eram mulheres de 40 a 70 anos de idade. As formações políticas de G dizem respeito aos encontros com cada G da ocupação para realização de atividades de formação política e educação popular, geralmente realizadas em dias de assembleia geral, aos domingos. Já a coordenação, pelo maior engajamento político, recebe formações periódicas semanais ou quinzenalmente em horário e dia reservado somente para realização da atividade.

¹⁴ Nome fictício para preservar identidade dos militantes da entidade.

¹⁵ Nome fictício para preservar a identidade dos entrevistados.

e telefone de contato de alguém próximo, da confiança do acampado, com quem podíamos conversar caso não conseguíssemos encontrá-lo; a segunda pedia informações sobre o último local de moradia.

Em relação ao segundo contato, Seu Firmino ficou em silêncio, pensativo, disse: “não tenho ninguém de confiança.” Perguntei então qual tinha sido seu último endereço de moradia: “aqui na ocupação mesmo”. “Mas, Seu Firmino, para onde você vai agora que a ocupação acabou?”. “Também não sei. O movimento parece que tá procurando uma solução para quem morava nos barracos de fato, talvez a gente fique no terreno que será construído o condomínio, mas por enquanto estou num quartinho aqui perto.” “E nesse meio tempo o senhor não conheceu alguém de confiança aqui?”, no que ele me respondeu que não¹⁶.

Após atendê-lo, Tia Niza veio ao meu lado e disse: “Fia, nesses vinte anos de movimento conheci muitos homens assim, que vivem sem ninguém. Tem muitos assim na Maria da Penha, que moravam nos barracos mesmo e só se alimentavam aqui. Eu tenho pena desses homens, rezo todas as noites para que Deus os guarde, porque aqui todo mundo é pobre, mas pobre e sozinho é uma miséria muito maior.”

Nos atendimentos subsequentes, histórias parecidas se repetiram¹⁷. Na maioria desses casos, eles também moravam na ocupação; um deles, contando um pouco mais da

¹⁶ “Não, sou sozinho. Fiz amigos aqui, mas agora todo mundo se separa, né. É difícil de encontrar. Eu tenho uma filha, mora em São Paulo, tenho o telefone dela, mas faz anos que a gente não se fala. Eu a abandonei muito nova, sei que fiz errado, mas eu não sou ninguém. Hoje ela tá moça, bonita, casada, tem casa e filhos. Pra que eu vou atrapar a vida dela? Não, já atrapei o suficiente. Não quero que ela saiba que estou assim, sem-teto. Não que isso seja indigno, viu, moça, todo mundo aqui é sem-teto, eu sei. Mas para um pai é difícil essa situação. O que eu podia dar a ela? Nada. Fui da construção civil desde sempre, sofri um acidente, fiquei inválido, recebo INSS. Essa coluna não presta nem mais pra ficar em pé, mas vou fazendo como posso, um bico de pintor, algo leve de vez em quando. Mas o número dela eu não dou. Tenho vergonha de mim, sabe? O que ela vai pensar? Sou sozinho, pode deixar aí em branco, não vou sumir, nem tem como.” (Seu Firmino)

¹⁷ “Não tenho ninguém pra pôr de contato não”. “Vixe, nem sei de alguém, viu, não falo mais com meus filhos, nem sei onde estão.” “Não tenho mais mulher e nem filhos, me deixaram, sou completamente sozinho”. “Tenho uma irmã, mas sou brigada com ela. Minha filha não vive em São Paulo, não a conheço”. “Separei da minha família, meus irmãos não querem saber de mim, só levo problema”. (Entrevistados diversos)

sua história, me relatou que foi morador de rua e até chegou a morar em Centros de Acolhida¹⁸ em São Paulo, mas que teve muitos problemas com vício em bebida¹⁹.

Mais tarde almoçamos na única Cozinha que ainda era mantida em pé. Nas ocupações, cada G possui uma cozinha onde é oferecido almoço todos os dias. Nelas atuam, não só a coordenadora do G, como os demais acampados que se voluntariam para o serviço, geralmente mulheres. Além de espaço de refeições, a cozinha funciona como escritório do G, onde os acampados se reúnem e onde diversas atividades setoriais ocorrem, como as formações políticas.

Na parte da tarde, saí do atendimento preferencial e passei a atender famílias. As mulheres passaram a protagonizar a conversa. Quase nunca estavam sozinhas, e se estavam, sempre mencionavam alguém que tinha deixado em casa esperando. Alguns atendimentos me chamaram bastante atenção com relação ao papel da mulher na luta da família e até mesmo na organização da vida pessoal dos maridos e irmãos. Ao contrário da maioria dos homens, que traziam o documento do primeiro cadastro aos pedaços ou até mesmo alegavam tê-lo perdido, as mulheres os traziam em pastas específicas. Uma delas, inclusive, trouxe os documentos tão bem embalados por pastas e saquinhos plásticos que demorou até conseguir acessá-los.

Tia Beatriz²⁰ foi um desses atendimentos. Ela também é coordenadora da ocupação e fazia luta para si e para os filhos. Junto dela vinha também o irmão. Como já nos conhecíamos, resolvi por atender a família toda de uma vez só, mas mesmo atendendo aos filhos, o marido ou o irmão, era a Brenda quem respondia tudo. No caso

¹⁸ Centros de Acolhida são equipamentos de acolhimento temporário à população de rua oferecidos e gestados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) em parceria com Organizações Sociais (OCSs) atendendo aos parâmetros exigidos pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

¹⁹ “Meu problema foi a bebida, fia, destruiu a minha vida e a da minha família, por isso não culpo minha ex-mulher de não me querer de volta, nem meus filhos. Só que em centro de acolhida, a gente só fica uns três meses até eles acharem nossa família e alguém nos aceitar de volta, mas maioria não quer – quem quer cuidar de *desvalido*?”. (Entrevistado 2)

²⁰ Nome fictício.

do marido, ele chegava a confirmar informações com ela, que às vezes pedia até que eu perguntasse diretamente a ela, “pois sou meio avoadado, quem cuida dessas coisas é ela”. Dessa maneira Brenda respondeu não só o próprio atendimento como foi responsável pelas informações do marido, dos dois filhos e do irmão, que também moravam com ela. Se divertindo com a situação, ela ria e dizia “esses homens só me dão trabalho. Não vejo a hora que cada um tenha seu teto para ver se alivia um pouco pro meu lado, Deus me livre”.

No atendimento de outro casal, o homem que se apresentava como marido chegou a me dizer: “Deus sabe a importância de uma mulher na vida de um homem. Eu trabalho demais, não sei o que seria de mim sem ela, é muito caprichosa, cê tem que ver a casa, vai ser lindo quando a gente conseguir nosso apartamento”.

Outros atendimentos vieram e comportamentos desse tipo se repetiram. Com maior ou menor grau de zelo, as mulheres que eram mães, esposas, irmãs e avós, nunca estavam sozinhas. Elas sempre eram alguém em relação com o outro: Maria, Beatriz, Niza, Fátima, mas também esposa, irmã, tia, avó, mãe. E quase sempre cuidavam não só dos próprios atendimentos como dos parentes que vinham junto.

Conversando com Tia Niza, contei a ela o que tinha reparado, no que ela me respondeu: “É mais fácil ajudar mulher porque geralmente mulher também ajuda. Não só aceita ser ajudada como coopera mais também. Lava uma louça, faz uma comida, oferece uma faxina. Mas tem muito homem prestativo também. Se não sabe cozinhar, lavar, passar, então faz um reparo ali e acolá, levanta um barraco, prega uns pregos, levanta uma cerca, cada um dá o que sabe e aprendeu, né? Mas também acontece que esses homens mais sozinhos, muitos que já moraram na rua até, vêm pra ocupação muito acabado. A maioria teve problema com bebida ou algum vício. Se não é isso, trabalhou demais e tem muito problema de saúde. Aí é difícil contribuir com alguma

coisa. Muitos até querem, tem boa vontade, mas a saúde é que não permite mais. Agora, todo homem que tem uma mulher tem saúde, disso eu bem sei, porque tem quem cuide, né? Eles sozinhos não se cuidam, é muito difícil, não aprenderam assim.”

Ao fim do dia, fomos à casa que Niza improvisaria sua moradia até a posse do apartamento. Como estava dividida entre os cuidados com o marido – que estava com a perna fraturada – e a ocupação, precisava de ajuda para organizar o lugar.

A casa ficava dentro de um terreno grande, bastante íngreme. Para acessá-lo passamos por uma estrada de terra. Uber e coisas do tipo não chegavam ali, nem SAMU²¹, por ser terreno irregular e não ter endereço de fato. Para ir ao hospital, Tia Niza contou que precisou arranjar um carrinho de mão para que o marido se sentasse, e desceu o empurrando até o asfalto. Durante a visita, Niza comentou que estava com sintomas gripais, tivera ido ao médico solicitar injeção e que este a recusara: “disse ao Dr. que eu não podia ficar doente, muita gente depende de mim, que eu precisava de um remédio forte, mas não adiantou”. Naquele dia nós a ajudamos com uma faxina e depois fomos embora.

CRISE DO INDIVÍDUO MODERNO: O PREÇO DA LIBERDADE

São várias as manifestações de uma crise em nossa sociedade, podendo ser percebida pelos eventos climáticos extremos por consequência da exploração extrativista dos solos e das águas, pelo desemprego estrutural, mas, há uma dimensão pouco abordada dessa crise, que vem ganhando contornos e se explicitando no cotidiano da população, que é o impasse da reprodução social. A equação que une eventos extremos, desemprego em massa, elevado custos de vida, diminuição da ação do Estado por meio de serviços públicos, ondas de privatizações e reiteração das

²¹ Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

relações de mercado, acaba por resultar na falência do indivíduo moderno que vê suas possibilidades de “independência e autonomia” radicalmente aniquiladas pelo próprio processo social que engendrou a ideia de existir um homem livre em absoluto.

Em outras palavras, a crise da sociedade capitalista impõe aos indivíduos cada vez maiores dificuldades à sua sobrevivência e realização como sujeito autônomo de consumo e trocas mercantis, fazendo-o procurar nas relações de cuidado, àquelas ainda “não economizadas”, uma estratégia de reprodução.

Como resultado dessa crise podemos mencionar o histórico crescimento das populações de rua em São Paulo – efeito da especulação imobiliária e o preço recorde de imóveis e aluguéis na cidade. Em resposta a esse fenômeno, a Prefeitura de São Paulo, por meio dos Centros de Acolhida, oferece um programa de acolhimento temporário onde as pessoas têm direito à moradia por até três meses no equipamento. A rede de assistência social em São Paulo classifica os equipamentos por nível de gravidade em relação a situação de vulnerabilidade: baixa e média complexidade são os serviços destinadas às famílias e mulheres solteiras (com ou sem filhos), mulheres transexuais ou travestis, que possuam laços familiares ou qualquer meio de vinculação que facilite sua reintegração à sociedade; a alta complexidade, no entanto, diz respeito às pessoas que se encontram completamente individualizadas, cujas possibilidades de vinculação, seja com a família ou algum grupo, são quase inexistentes. Neste último caso, a maioria dos serviços são destinados a homens adultos (em geral cisgêneros)²².

Esse cenário descreve a maneira como a reprodução social vem se desdobrando criticamente em nossa cidade, dismantelando o indivíduo moderno e a figura masculina como sujeito que realiza a liberdade, mas também sugere a família, em ambos os casos, como solução à reprodução.

²² Dados apresentados pelo último censo da População em Situação de Rua organizado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2019, p. 44).

A condição das mulheres é, por antagônica, outra dimensão dessa crise, porque é objeto da violência masculinista, seja na forma da violência sexual ou doméstica, e porque representa a dimensão da exploração do trabalho doméstico e de cuidados²³. Nesse texto procurarei debater, principalmente, com três autoras importantes para a história dos estudos de gênero e reprodução social capitalista: Silvia Federici (2004 [2017]), Roswitha Scholz (2017) e Fabienne Brugere (2023), buscando por meio delas, compreender as relações de gênero no contexto periférico e de luta por moradia.

Em “Cuidar contra o indivíduo liberal”, capítulo de *A Ética do Cuidado*, a autora Fabienne Brugere se dedica a demonstrar como o desprestígio com relação a dimensão sensível da vida, e por consequência, do cuidado, tem a ver com o agenciamento do indivíduo liberal como padrão normativo na sociedade de mercado, sendo essa “desvalorização” objetiva e subjetiva das relações de cuidado, sintoma de uma “ideologia a serviço de uma governabilidade liberal onipresente e totalizante, que promove a troca como verdadeiro valor, não somente das coisas, mas também dos próprios seres humanos” (BRUGERE, 2023, p. 53).

O cuidado, no interior das relações sociais capitalistas, principalmente no que diz respeito à educação dos filhos, aparece como um conjunto de ações e investimentos que visam a constituição de um capital humano competente aos critérios intercambiáveis do mercado de trabalho, e, mobilizável pela sociedade. Para Michael Foucault (1979), no ensaio *Nascimento da Biopolítica*, tal relação de controle,

²³ Sobre isso, em trabalho realizado e publicado em 2011, com organização de Joaze Bernardino-Costa pelo Centro Feminista de Estudo e Assessoria (CFEMEA): “O tema do trabalho doméstico como um trabalho não-produtivo ou reprodutivo esteve em voga nos anos 70, sobretudo devido às indagações das feministas marxistas no contexto europeu e norte-americano. A leitura crítica feita pelas feministas marxistas às concepções de Marx reside na redução do trabalho doméstico à reprodução, entendida como consumo direto da produção pelos produtores. Portanto, somente seria definido como produto o trabalho que colocasse um bem em circulação no mercado ou o ofício que produzisse um valor de troca. Além disso, outra crítica residia na redução do trabalho doméstico à execução de tarefas simples, definido como a força de trabalho que na média existe no organismo de qualquer indivíduo e que não requer treinamento nenhum” (BERNARDINO-COSTA (orgs.), 2011).

característica da dinâmica das famílias pequeno-burguesas, responde a expectativa dos pais em formar “competências-máquinas que vão gerar renda”. Dessa maneira, na lógica do novo liberalismo, cuidar é empreender um indivíduo político e econômico.

Para Brugere, no entanto, Foucault teria sido demasiado irredutível em sua leitura, julgando a conduta sem tomar o contexto que a torna justificável. Uma outra possibilidade de leitura, na perspectiva da ética do cuidado, toma a perseguição pela independência como problemática, sobretudo quando mediada pela obtenção de dinheiro, escondendo, segundo a autora, um dos problemas que funda as contradições que concernem a dimensão do cuidar na sociabilidade capitalista: a abstração da dependência e vulnerabilidade ontológicas do ser-humano²⁴.

A vulnerabilidade humana e, por consequência, a sua dependência relativa, são mencionados como um “novo contexto antropológico” que se opõe ao “homem” propagandeado pelo liberalismo como ontologicamente mercantil, individualista e concorrencial, para quem a sensibilidade e a dependência são socialmente insuportáveis e tomadas como estado a ser superado. Para o indivíduo empreendedor de si, a vulnerabilidade é o fracasso.

No relato aqui descrito, tomando como premissa a argumentação da antropóloga, podemos observar que a condição sem-teto e o desemprego, sobretudo para homens sozinhos, são muito mais constitutivos da sua subjetividade do que para as mulheres – estas que, por outro lado, acabam por encontrar no movimento possibilidades de inserção prática e política justamente por se identificarem com a função reprodutiva.

²⁴ “Bem longe de ser o último elo com o homem empreendedor, o cuidado pelas vidas humanas pode aparecer, ao contrário, como o reconhecimento de uma fragilidade fundamental que revela em seu âmago toda uma outra versão do indivíduo, muito diferente daquela do liberalismo”. (BRUGERE, 2023, p. 54)

Em outros campos realizados na Cozinha Solidária, tanto em Guarulhos como na zona leste de São Paulo, conversando com as cozinheiras sobre a escolha pela distribuição de marmitas em detrimento da refeição realizada no local, foi dito: “Para a maioria das pessoas, vir aqui pegar comida grátis é algo vergonhoso. É sinal de que ela fracassou, entende? As pessoas saem daqui às pressas, não querem que ninguém do bairro veja elas nessa condição. Por causa disso, a gente percebeu que dar a marmita é melhor do que servir a refeição no local, porque as pessoas preferem levar para casa a comer aqui.” (Tia Niza).

A partir deste relato, não é difícil fazer associações sobre o que Brugere elabora em relação ao significado que a demanda por cuidados, e consequentemente, que o estado de dependência, ganha para o indivíduo liberal. Vale destacar também que a ideologia implica como parâmetro a reprodução privada da vida, algo que as Cozinhas Solidárias, entretanto, fazem oposição ao sugerirem a refeição como momento compartilhado.

Sobre a constituição das relações sociais capitalistas, tomando o indivíduo livre como resultado, trago à tona as considerações empreendidas por Silvia Federici no livro *Calibã e a Bruxa: Corpo, Mulheres e Acumulação Primitiva* em que a autora revisa a interpretação marxiana.

Marx insere no final do Tomo I do *Capital*, um capítulo dedicado à análise da reestruturação social e econômica empreendida pela classe burguesa no processo de desmantelamento do feudalismo. Com isso, procura identificar as condições materiais, históricas e lógicas que possibilitaram o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, que incluía sobretudo a formação de um proletariado mundial por consequência da expropriação de terra (apropriação privada dos meios de produção

pelos capitalistas) seguida da separação dos trabalhadores dos seus meios de subsistência, tornando-os “reféns” do modelo de exploração do trabalho em ascensão.

O proletariado industrial em crescimento na Europa é tomado por Marx como manifestação da dissolução das relações de reprodução anteriores, mas também como o corpo político que será responsável pela intervenção emancipatória da sociedade. Desse modo, a acumulação primitiva é o momento em que por consequência da expropriação de terra do campesinato, e com isso, dissolução das relações comunais de reprodução, forma-se o trabalhador independente “livre” – desterritorializado e individualizado, como uma força de trabalho (capital) disponível (e coagido) para a exploração.

No entanto, de acordo com Federici (2004 [2017, p. 126]), na análise de Marx não é encontrada nenhuma menção sobre como o processo de expropriação e individualização impactou a reprodução da força de trabalho e a posição social das mulheres nessa nova estrutura social. A autora sugere, com isso, que o processo de acumulação primitiva, além da expropriação-proletarização, envolve uma redefinição do papel social da mulher vinculado ao trabalho reprodutivo, porém desta vez, destinado não a reprodução comunal, mas sim na reprodução indireta da força de trabalho que será empregada no desenvolvimento capitalista.

Além disso, a autora sugere que este processo promoveu efeitos e mudanças comportamentais, em que o corpo se tornou meio de rendimento e máquina de trabalho, envolvendo, nesse momento em que a mão de obra humana era tão vital seja para atuação direta ou indireta no processo produtivo, a sujeição das mulheres à reprodução desta força de trabalho. Assim como a expropriação produziu uma nova subjetividade nos homens, caracterizada pela incorporação do individualismo concorrencial, no caso das mulheres no contexto europeu e nas colônias, envolveu a

limitação do seu potencial de ação anterior, o confinamento geográfico ao espaço doméstico, mas também o confinamento existencial à “maternagem” – frequentemente divulgado como propensão determinada pela natureza biológica.²⁵

Dessa maneira, a acumulação primitiva não envolveu apenas a acumulação de capital na forma de recursos humanos e naturais exploráveis, mas também numa acumulação de diferenças de tratamento que conferiram divisões desiguais do trabalho no interior da classe trabalhadora, em que as hierarquias baseadas em gênero, assim como sobre raça e idade, foram incorporadas na nova dinâmica de reprodução do proletariado moderno.

A autora conclui que não vê na separação do trabalhador da terra algum sentido emancipatório que pudesse justificar o capitalismo como etapa providencial ao desenvolvimento de uma sociedade socialista, em que os produtos do trabalho seriam supostamente socializados. Para a autora, esse momento corresponde essencialmente à dissolução dos vínculos de reprodução humana que possibilitaram difundir uma série de hierarquias, divisões e formas de dominação no corpo do proletariado.

O próprio processo de privatização das terras rurais e urbanas, mercantilização das relações humanas (substituídas pela mediação monetária), para Federici (2004 [2017, p. 134]), configura-se como processo de genocídio, pois causaram (e ainda causam) mortalidade, fome e empobrecimento generalizados. Por isso argumenta que a produção da pobreza, manifestada pela fome, pela condição sem-teto, pela

²⁵ Sobre a territorialização da categoria “mulher” no processo de colonização, destaco o estudo da socióloga nigeriana Oyeronke Oyewumi (2021), *A Invenção das Mulheres*, que embora faça referência à organização da sociedade iorubá antes da invasão colonial e não do contexto das Américas, serve de reflexão sobre como a subordinação das mulheres parece ser um dado fundamental às sociedades produtoras de mercadoria. Em relação à Iorubalândia, a autora diz que as distinções de gênero correspondiam, até a colonização, somente a distinções anatômicas, não levando, portanto, a um tratamento social diferenciado, como ocorre nas sociedades ocidentais. Essa interpretação me levou a concluir: quando a diversidade anatômica dos seres humanos se torna diferenciação social que lhes confere tratamento diferenciado no universo das relações de produção no caso brasileiro?

vagabundagem, encarceramento, e tudo que seja consequência de uma impossibilidade de realização do ideal da independência econômica, produz sobre-trabalho reprodutivo às mulheres.

No entanto, nos últimos anos a autora tem apresentado como horizonte político aos movimentos feministas a defesa do assalariamento do trabalho doméstico. Em contexto de uma economia periférica, tal empreendimento poderia resultar em novos desdobramentos críticos já que esta estratégia reitera a privatização do cuidado e pode facilitar o desmantelamento de serviços sociais importantes à reprodução.

Para a escritora Roswitha Scholz (2017), a correlação entre a dominação patriarcal e capitalista não parece estar centrada apenas na dificuldade de assalariar o trabalho doméstico, mas sim, na cisão entre o espaço privado e espaço público, pelo qual se separa também a reprodução da vida de todas as outras atividades sociais. Para Scholz (2017, p. 8) é equivocado colocar a reprodução da vida nos mesmos termos da produção de mercadorias, uma vez que o assalariamento enquanto política pode terminar por reificar mais as mulheres, assim como contribuir para a mercadorização da “produção da vida”. (SCHOLZ, 2017. p. 9).

A perspectiva apresentada por Scholz (2017, p. 12) possibilita a radicalização da crítica à exploração do trabalho doméstico como mais um dos aspectos da exploração da vitalidade humana pela reprodução do valor, com isso, reivindicar o seu estatuto de trabalho abstrato só iria aprofundar a contradição. Identificar tal forma de sociabilidade é, por isso, central na compreensão da associação patriarcado-capitalismo, pois permite compreender a separação do trabalho reprodutivo da vida coletiva como momento da formação categorial do trabalho-livre assalariado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo um salto histórico e geográfico, nos relatos de campo encontramos indícios de que os homens atomizados, que se tornaram radicalmente individualizados, encontram no isolamento uma intensificação da pobreza, enquanto as mulheres, por outro lado, aparecem na experiência periférica como meio de reprodução das pessoas que estão ao seu redor, atuando em várias frentes de cuidado, proteção e preservação dos bens familiares, de modo que o isolamento é vivido de maneira contraditória, às vezes como necessidade tendo em vista a dificuldade de recusar lugar ao outro, sendo invadida pela coletividade, e às vezes como reiteração do abandono.

O maior problema para os homens sem-teto, sem esposa e que estão nas ruas ou em equipamentos de assistência social diz respeito sobretudo a dificuldade de reconstituição de vínculos não mercantis e a ausência de pertença a alguma comunidade, uma vez que em alguns casos já não é mais possível se reproduzir de forma independente por meio do trabalho e do consumo.

As ocupações do MTST, assim como as cozinhas comunitárias, são saídas possíveis às pessoas que estão nessa condição, porque além da alimentação gratuita e da moradia, constroem ali laços de pertencimento em que podem reestabelecer uma forma de cooperação. Porém, até que isso aconteça, enfrenta-se muita resistência por parte da população em aderir às novas dinâmicas e relações territoriais, não tão baseadas no parâmetro da vida privada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento à pesquisa e ao Departamento de Geografia da USP pelo acolhimento. Também

agradeço aos professores Glauco Rodrigues, Tatiana Tramontani, Matheus Grandi e Rafael Zilio pela oportunidade de publicação e difusão das reflexões deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNADINO-COSTA, Joaze; FIGUEIREDO, Angela; CRUZ, Tania. A realidade do trabalho doméstico na atualidade. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, v. 201, n. 1, 2011.

BRUGÈRE, Fabienne; VITA, Ercilene. Capítulo II: Cuidar contra o indivíduo liberal. A ética do Cuidado. Editora Contracorrente, p. 53-79, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2022].

_____. Secretaria Nacional da Família. Famílias e Filhos no Brasil. Brasília: Snf, 2018. 9 p.

DE MATOS, Maria Izilda Santos. Costurar e batalhar: o cotidiano de trabalho e de luta feminino-são paulo (1900-1930). Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB., v. 8, n. 1-2, p. 269-284, 2000.

FEDERICI, Silvia. Capítulo 2: A Acumulação do Trabalho e a Degradação das Mulheres. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante, p. 117-300, 2017.

_____. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

LEFEBVRE, Henri. Níveis de Realidade e de Análise. O Direito à Cidade. São Paulo: Editora Nebli, p. 68-77, 2016.

MARX, Karl. Capítulo 24: A Assim Chamada Acumulação Primitiva. O capital - Livro 1: Crítica da economia política. Boitempo Editorial, 2 ed., p. 785-847, 2017.

MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. Ministério das Cidades (org.). Déficit Habitacional no Brasil 2022. Belo Horizonte: FJP, 2024. 77 p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, MCid. Minha Casa, Minha Vida prioriza mulheres chefes de família e vítimas de violência. Brasília: Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério das Cidades, 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Cuidado e Família (SNCF). Nota Informativa nº

2/2023 MDS/SNCF. Trabalhadoras Domésticas e Políticas de Cuidado. Distrito Federal, p. 1-13, fev/2023.

NETO, José; ALBUQUERQUE, Rodrigo; SILVA, Renan. Estudos de Caso: Manual para a pesquisa empírica qualitativa. 1ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2024. 133 p.

NUNES, Scheila. Mulheres dos escombros. A condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes. Editora Revan, 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social. Pesquisa censitária da população em situação de rua: caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. São Paulo: Qualitest, 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. A Invenção das Mulheres: construindo um sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gêneros. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SCHOLZ, Roswitha. O Valor é o Homem: Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. S. Paulo: Novos Estudos–CEBRAP, nº. 45 -julho de 2017.

TELLES, Lorena F. da Silva. Libertas e escravas: da província à capital. In: Libertas entre Sobrados. Editora Alameda, p. 30-87, 2013.